

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.413 - PR (2019/0231384-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : ZACARIAS VEÍCULOS LTDA  
**ADVOGADOS** : LAFAYETTE BRAZ DEUSDARA TOURINHO - PR069858  
FERNANDO SANTIAGO JANUNCIO - PR057516  
DALMO AVILA SANGA - PR069936  
**AGRAVADO** : EDNA ALVES RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : JOSÉ CARLOS SEVERINO - PR034854  
ITACHIR TAGLIARI NETTO - PR075922  
**INTERES.** : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADO** : FABIO RIVELLI - PR068861  
**INTERES.** : UVEL COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA  
**ADVOGADO** : PAULO SÉRGIO TRENTA - PR015095

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR VÍCIO EM AUTOMÓVEL. INDENIZAÇÃO PELA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO. PRAZO PRESCRICIONAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por Zacarias Veículos Ltda., com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, para impugnar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 68):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR VÍCIO EM AUTOMÓVEL - DECISÃO QUE AFASTA A ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA, ENTENDENDO QUE É O CASO DE APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 27 DO CDC - POSICIONAMENTO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - PRESENÇA DE PRETENSÃO INDENIZATÓRIA - PRAZO PRESCRICIONAL E NÃO DECADENCIAL  
AGRAVO DESPROVIDO

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 87-101), alegou a agravante violação do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

Destacou que o caso concreto envolve pedido de desfazimento do negócio com a restituição do valor pago atualizado e que deve ser aplicado o prazo decadencial, tendo em vista que a fundamentação da ação gira em torno da existência de vício do produto.

Contrarrazões às fls. 134-143 (e-STJ).

O recurso especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

Verifica-se que o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia a respeito da prescrição sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 70-71, sem grifo no original):

**Trata-se de ação Ressarcitória c/c Indenizatória por Danos Morais** por suposta compra de veículo com problemas mecânicos, **pretendendo a restituição integral do valor pago e indenização por danos morais.**

Pois bem. Ao contrário do que defende a agravante, o fundamento utilizado pelo douto juízo monocrático para aplicação do prazo prescricional de 5 (cinco) anos do art. 27 do CDC – em detrimento do prazo decadencial do art. 26 – não foi a caracterização do ocorrido como fato de produto.

Em verdade, o douto juízo monocrático entendeu que:

“No caso em comento, a autora narrou que o automóvel não estava engatando de maneira correta as marchas, vazamento de óleo no câmbio e problemas na bateria. Tais vícios se enquadram como vício de inadequação, incidindo a regra do art. 18 do CDC e, por conseguinte, aplica-se o prazo previsto no art. 26 do CDC.

Entretanto, há uma peculiaridade a ser ressaltada. Os pedidos autores se limitaram em solicitar a devolução do valor pago e a compensação por danos morais sofridos. Dito isso, o caso não se subsume à regra acima mencionada, mas sim à norma do art. 27 do mesmo diploma consumerista, que prevê que o consumidor terá o prazo de 5 (cinco) anos para reclamar indenização pelo fato do produto adquirido.”

Neste aspecto, verifica-se que o posicionamento adotado pelo douto juízo de primeiro grau está de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema.

(...)

Extrai-se, portanto, que a prescrição é a perda do direito à pretensão em razão do decurso do tempo, enquanto a decadência é a perda do direito em si.

Nesta ótica, tem-se que os prazos decadenciais recaem em direitos denominados potestativos, quais sejam, ações constitutivas, negativas ou positivas, enquanto que o prazo prescricional se aperfeiçoa em demandas de natureza indenizatória.

**Assim, uma vez que a presente demanda apresenta pretensão de natureza indenizatória, não restam dúvidas quanto à aplicação do prazo prescricional.**

Conforme é possível verificar, o acórdão recorrido encontra-se em consonância à jurisprudência desta Corte, segundo a qual "a pretensão de reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço se submete ao prazo de prescrição quinquenal, contado a partir do conhecimento do dano e de sua autoria" (REsp 1.698.676/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 23/11/2017, DJe 30/11/2017).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS MONITÓRIOS - PLEITO RECONVENCIONAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.

1. O Código de Defesa Consumidor, em observância ao princípio da segurança jurídica, fixou limites no tempo para o consumidor reclamar de vícios (prazo decadencial previsto art. 26) e para pleitear indenização pela reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço (prazo prescricional indicado no art. 27).

2. Quando se tratar de responsabilidade civil por vícios do produto aparentes ou de fácil constatação, o prazo decadencial é de 30 ou 90 dias para a reclamação por parte do consumidor, conforme se trate de produtos ou serviços não duráveis ou duráveis, nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor. Inaplicável a prescrição do art. 27 do mesmo Código, pois restrita à ação de indenização para reparação de danos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 738.587/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. APREENSÃO DE MOTOCICLETA PELA AUTORIDADE POLICIAL SOB A ACUSAÇÃO DE ADULTERAÇÃO DO NÚMERO DO CHASSI.

RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO. ART. 27 DO CPC. SÚMULA Nº 83 DO STJ. NEXO DE CAUSALIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 20.000,00. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO 1. Aplica-se a prescrição quinquenal prevista no art. 27 do CDC nas ações nas quais se discute a reparação de danos causados por fato do produto ou do serviço. Incidência da Súmula nº 83 do STJ ao caso concreto.

2. A mudança da conclusão a que chegou o Tribunal de origem, no tocante à responsabilidade dos fornecedores de veículo automotor, quando comprovada a alteração do seu chassi, e ao valor da indenização devida, é providência inviável no âmbito deste recurso especial, ante o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 659.694/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 26/11/2015)

Desse modo, observada a impossibilidade de revisar a conclusão adotada pelo Colegiado local (acerca da natureza Ressarcitória e Indenizatória da ação), ante o óbice da Súmula 7/STJ, constata-se a consonância da decisão recorrida com a jurisprudência desta Corte Superior, nos termos acima declinados, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator